

# Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos.

## Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro

Irene Rizzini<sup>(1)</sup>

Mariana Menezes Neumann<sup>(2)</sup>

Arianna Cisneros<sup>(3)</sup>

### Resumo

Neste artigo as autoras analisam algumas contribuições recentes no campo de estudos internacionais sobre a infância (*Childhood Studies*) e novos paradigmas sobre direitos da criança e do adolescente. Um dos focos do texto refere-se ao reconhecimento da pluralidade e da diversidade de infâncias existentes, que vem gerando um impacto significativo no desenvolvimento de estudos, leis e políticas para esta população. As reflexões apresentadas neste artigo têm como base, pesquisa desenvolvida pelo Ciespi sobre crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas realizadas com este grupo ilustram os argumentos centrais do texto.

### Palavras-chave

(1) Crianças; (2) Adolescentes; (3) Em situação de rua; (4) Rio de Janeiro; (5) Estudos contemporâneos sobre infância.

### Abstract

This article aims to analyze recent contributions in the field of Childhood Studies and the new paradigms on the rights of children and youth. The emphasis of the present study is to recognize the plurality and diversity of childhoods. This recognition has influenced the development of research, laws and policies for this population. The analysis presented throughout this paper is based on a research carried out by Ciespi on children in the situation of the streets. The interviews carried out with this group illustrate the central arguments presented in the text.

### Keywords

(1) Children; (2) Youth; (3) In situation of the streets; (4) Rio de Janeiro; (5) Contemporary childhood studies.

<sup>(1)</sup> Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em Serviço Social pela Universidade de Chicago, EUA e bacharel em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. É diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente da Rede Internacional de Pesquisa *Childwatch*, sediada na Noruega.

<sup>(2)</sup> Formada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É pesquisadora do CIESPI.

<sup>(3)</sup> Formada em Estudos Organizacionais pela Universidade de Michigan, com mestrado em Serviço Social pela Universidade de Chicago. Arianna trabalhou como colaboradora do CIESPI durante o segundo semestre de 2008.

## Estudos sobre Infância e paradigmas de direitos

Novos estudos sobre a infância vêm se destacando internacionalmente com base em paradigmas de direitos humanos<sup>1</sup>. Uma das principais forças propulsoras destes estudos foi o debate em torno dos direitos humanos no âmbito da Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, ratificada em 1989. No Brasil, a inclusão do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), impulsionaram importantes mudanças de paradigmas em relação à infância. O repúdio à visão dicotômica existente em relação à infância brasileira - entre "menores"<sup>2</sup> e crianças - descortina uma série de novas abordagens conceituais, teóricas, metodológicas e práticas (Altoé, 1990; Rizzini, 1997, 2008; Rizzini & Rizzini, 2004). Em âmbito internacional os Estudos da Criança vêm desafiando visões que prevaleceram no decorrer do século XX, buscando aprofundar novas idéias em curso<sup>3</sup> (James & Prout, 1990; James, Jenks & Prout, 1997; Woodhead, 1997, 1999; Mayal, 2002; Sirota 2006; Sarmento, 2008; Qvortrup, 1994, 2009).

Uma breve retrospectiva nos ajudará a compreender algumas destas mudanças teóricas. Visões tradicionais sobre a infância a identificavam como um estágio de preparação para a vida adulta. A partir desta percepção, que dominou o discurso das ciências humanas e sociais até o final do século XX, destacou-se o **paradigma do desenvolvimento infantil** com base na

---

<sup>1</sup> Novos estudos sociais da infância ou por Estudos da Criança (*New Social Studies of Childhood ou Childhood Studies*). Sobre estes estudos ver Manuel Sarmento (2008) e seu artigo nesta edição da Revista O Social em Questão.

<sup>2</sup> Percebidos como socialmente desvalidos, pobres, abandonados e/ou delinquentes.

<sup>3</sup> Algumas destas idéias são desenvolvidas neste volume da Revista O Social em Questão por diversos autores que participaram do Seminário Internacional "Construções contemporâneas sobre a infância - teoria, políticas e práticas sociais". Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e Universidade do Minho - Instituto de Estudos da Criança, Portugal. Setembro 2008.

compreensão das etapas ou fases do desenvolvimento, sobretudo, psicológico e cognitivo da criança e do adolescente. Este referencial enfatizava a evolução cronológica da criança e veio a ser particularmente criticado nos últimos anos<sup>4</sup>.

O paradigma do desenvolvimento infantil, cuja base está na obra de Piaget (1950), postula que a infância é um fenômeno universal e fruto, em grande medida, do seu desenvolvimento biológico. Isto que dizer que todas as crianças, independente do seu contexto social, seriam semelhantes, caso se encontrassem no mesmo estágio de desenvolvimento, sendo, em geral, definido pela idade.

Um dos autores que se contrapõe a esta corrente do pensamento é o psicólogo inglês Martin Woodhead (1999). O autor argumenta que o paradigma do desenvolvimento enfatiza a relativa incompetência, imaturidade e dependência da criança. Implicitamente acarretaria na diminuição da condição da criança em relação ao adulto. Esta percepção, ao estruturar a visão de mundo do adulto, dificultaria o reconhecimento das competências da criança, gerando um efeito contrário - o de subestimar a sua capacidade. Assim, o adulto relegou à criança um papel secundário na sociedade, isto é, de participantes passivos.

As teorias de desenvolvimento infantil apresentaram, ao longo do século XX, diversas correntes interpretativas, que também vêm sendo revisitadas, como por exemplo, as teorias da interação humana com matriz na obra de Lev Vygotsky e Urie Bronfenbrenner. Em abordagem recente sobre o desenvolvimento infantil, a psicóloga Vera Vasconcellos (2006) analisa as obras de Lev Vygotsky (1920) e Henry Wallon (1950) e demonstra que ambos os autores tinham percepções distintas sobre o paradigma do desenvolvimento. Eles enfatizaram a abordagem histórica, qualitativa e dinâmica da psique humana. Isto significa que, cada mudança afeta o desenvolvimento em sua totalidade. E estas mudanças são motivadas por fatores internos, mas também fortemente influenciadas pelos contextos social e cultural. Neste sentido, existe uma

---

<sup>4</sup> Cabe destacar a parcialidade desta discussão, dados os limites deste artigo. Para outras reflexões sobre o assunto, ver: Rizzini; Barker & Zamora, 2002; Vasconcelos, 2006; Greene, 2006).

relação próxima entre indivíduo e sociedade, que é histórica e interdependente. De acordo com Vasconcellos as áreas do conhecimento da psicologia e da sociologia que tratam do estudo da infância, compreendem que este período específico da vida é constantemente influenciado pelo ambiente presente, ao mesmo tempo, ressignifica o passado.

Estas interpretações sobre as teorias do desenvolvimento da criança aproximam-se do paradigma adotado pelos teóricos dos Estudos da Infância. Em 1997, o livro publicado por Allison James e Alan Prout intitulado **Construindo e reconstruindo a infância**, tornou-se uma referência internacional, impulsionando idéias que causaram impacto imediato. Em parte, isso se deu devido a necessidade de repensar a infância em consonância com novos paradigmas relacionados ao referencial de direitos humanos, como apontamos, mas também as reformulações científicas sobre o desenvolvimento humano com base em pesquisas sobre a evolução do cérebro. Ao enfatizarem a idéia da criança como ser ativo desde o nascimento e atores sociais que deveriam ser reconhecidos como tal, acompanhavam as tendências reveladas por pesquisas onde os bebês estariam muito mais "prontos" ao nascerem do que se imaginava (Gopnik; Meltzoff & Kuhl, 1999). Estas revelações, assim como as imagens das crianças enquanto 'agentes sociais' e 'sujeitos de direitos', reforçaram a idéia de que as crianças apresentavam múltiplas competências, antes imperceptíveis, reprimidas ou negadas por parte dos adultos.

James & James (2008) salientam que o aspecto principal para o surgimento de novos paradigmas é o reconhecimento de que a "infância" é comum a todas as crianças, mas ao mesmo tempo, fragmentada pela diversidade dos modos e estilos de vida de cada criança, em função do seu contexto social e cultural. Desta maneira, a infância é um período do desenvolvimento, caracterizado pelas transformações de ordem biológica, mas a maneira como essas características serão interpretadas, compreendidas e colocadas em prática variam consideravelmente, em função de diferenças culturais, ou inter-geracionais, por exemplo.

A infância é então percebida como uma construção social, cuja ênfase está na diversidade de contextos. Nesta concepção, destacam-se as competências

e o sentido de 'agência' das crianças<sup>5</sup>. Conforme apontado por Allison James (2007), a noção de agência é relativamente nova, tendo surgido na década de 1990. O foco na agência significa que a criança é percebida como um ator social autônomo e com visões de mundo distintas em relação aos adultos, mas que devem ser igualmente respeitadas e consideradas. Neste sentido, argumenta Allison (2009), os profissionais que trabalham diretamente com crianças, adolescentes e jovens compreendem que ouvir as suas vozes é de fundamental importância para a inclusão de suas demandas, opiniões e sugestões. Assim, de acordo com James e James (2008), "agência é a capacidade dos indivíduos de agirem de maneira autônoma" (James & James, 1998, p. 9).

A partir destas concepções, compreende-se a infância como socialmente construída e as crianças vistas enquanto atores sociais com competências relativas à sua maturidade física e emocional e com visões próprias sobre o mundo. Ao transferir a percepção de uma infância universal para a de uma pluralidade de infâncias, podemos perceber de forma mais clara o papel das crianças como atores sociais e cuja participação estará intimamente ligada à sua história de vida (James & James, 2007).

Estas construções sobre a diversidade de infâncias e de seu papel social vêm sendo incorporadas nos âmbitos da produção acadêmica, da legislação e das políticas públicas brasileiras desde o final do século XX. Elas vêm também gerando impactos, que apenas começamos a compreender, no que se refere às relações entre adultos e crianças, tradicionalmente assentadas na noção de passividade da criança. Temas relacionados ao protagonismo da população infantil e juvenil vêm sendo objeto de debate e análise em praticamente todos os países, tendo como base o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança (UNCRC), relativo ao direito à voz e livre expressão das crianças e adolescentes.

A desconstrução da noção de desenvolvimento infantil e juvenil centrada em antigos paradigmas é ainda mais premente no que tange a concepção de agência, quando tratamos de populações em situações de vulnerabilidade e de múltiplas violações de direitos. Por exemplo, como mudar as percepções

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de agência (agency) ver: James & James, 2008.

predominantes que estigmatizam as crianças que crescem e se socializam em condições de pobreza?

Um dos aspectos que vêm sendo destacados sobre este grupo refere-se às crianças e aos adolescentes que, em contextos e idades distintos, assumem precocemente papéis de adultos. Por exemplo, aqueles que se encontram em situação de rua e que, em função das dificuldades e desafios encontrados no cotidiano, apresentam habilidades e competências em muitos aspectos parecidas com as dos adultos. Estas situações demonstram que, na prática, as idades em que as crianças adquirem certas habilidades ou competências podem variar enormemente de acordo com as suas experiências de vida.

No entanto, ressalta-se a importância de não haver uma supervalorização das diferenças culturais e de experiências de vida. Pois, neste caso, corre-se o risco de perder de vista os aspectos que são comuns às crianças. Como resultado, existe no campo de estudos da infância, certa ambivalência em como lidar com esta aparente contradição (James & James, 2007). Sendo assim, considerando-se as diversidades de infância, é importante identificar e articular os mecanismos que reconciliem tanto os aspectos comuns quanto os plurais.

Acreditamos que esta compreensão é facilitada quando incorporamos à análise as vozes das crianças e adolescentes. É o que focalizaremos a seguir, ilustrando a discussão com os depoimentos de crianças e adolescentes entrevistados nas ruas do Rio de Janeiro. Trata-se de um grupo cujos direitos são violados e suas vozes, em geral, ignoradas. São crianças e adolescentes que circulam constantemente entre suas casas e comunidades de origem, as ruas e instituições sociais.

### **As vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro**

O Brasil é um bom exemplo de país onde a percepção sobre a infância como um fenômeno universal é bastante desafiadora em função de uma grande diversidade de arranjos sociais. Ou seja, existem muitas infâncias no Brasil. Dependendo de sua origem sócio-econômica, crianças da mesma idade, apresentam histórias e experiências de vida completamente diferentes. Sendo assim, a construção de uma agenda comum é ainda mais desafiadora porque

cada segmento irá apresentar interesses diferentes, em função do seu ambiente familiar, social e econômico.

O estudo<sup>7</sup> foi desenvolvido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com a participação de educadores sociais da Rede Rio Criança, entre os anos de 2001 e 2002<sup>8</sup>. A pesquisa consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com 67 crianças e adolescentes entre oito e 18 anos de idade, e com profissionais que trabalham diretamente com esta população.

As crianças e os adolescentes entrevistados falaram de forma bastante livre sobre as suas trajetórias de vida, desde o momento em que deixaram suas casas, sobre suas experiências cotidianas, expectativas e sonhos. A equipe de pesquisa estimulou que contassem as suas histórias de vida a partir de suas próprias perspectivas, de forma a compreender melhor o que pensam e como descrevem os ambientes em que circulam e vivem. Eles compartilharam com os pesquisadores os motivos pelos quais se afastaram de seus contextos familiares, os riscos encontrados no dia-a-dia, as novas relações estabelecidas nos espaços em que conviviam e como desenvolviam suas estratégias de sobrevivência. Seus depoimentos nos permitiram melhor compreender os contextos sociais em que estavam inseridos e como respondiam aos desafios do cotidiano, deixando transparecer com frequência uma capacidade de autonomia e de ação nada condizentes com suas idades. É o que ilustraremos a seguir, a partir de alguns relatos extraídos de suas entrevistas.

### A saída de casa

As crianças e os adolescentes entrevistados relataram que a decisão de sair de casa se dá de maneira gradual<sup>9</sup>, ou seja, inicialmente passam parte

---

<sup>7</sup> Para informações detalhadas sobre o projeto, consulte: Rizzini et al. Vida nas ruas. Crianças e adolescentes em situação de rua: Trajetórias inevitáveis? São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>8</sup> A Rede Rio Criança é constituída por 16 organizações não-governamentais sediadas no Rio de Janeiro. Aproximadamente 120 pessoas participaram da pesquisa.

<sup>9</sup> Optamos por manter a redação no presente pelos seguintes motivos: muitos dos depoimentos originais estão no tempo presente; por continuarmos pesquisando este grupo e considerarmos que muitas destas questões são atuais e por que nos pareceu que a leitura fluiria melhor.

do dia nas ruas e retornam para casa a noite. Neste ínterim, se familiarizam com os lugares e estabelecem uma rede de relações. A decisão de sair de casa é, em muitos casos, motivada por algum conflito com algum membro da família, como por exemplo, pais, padrastos, tios, avós e demais responsáveis. A idade de saída mais comum é em torno de 7 a 11 anos, período no qual as pessoas de referência fora do ambiente familiar e comunitário, passam a exercer uma influência maior no seu comportamento.

Outros motivos mencionados para a saída de casa são: o anseio pela liberdade, a possibilidade de ganhar dinheiro e diminuïrem a pressão familiar, em especial, dos pais e/ou demais responsáveis. Muitos relataram que a liberdade trazida pelas ruas se expressa da seguinte maneira:

Liberdade, pô! Muitas vezes na rua você não escuta muitas coisas que escuta dentro de casa, não tem jogação na cara, às vezes na rua você sabe que está passando fome, sabe que tá correndo risco de vida, mas mesmo assim você sabe que até certo ponto você é livre, pode pensar o que você quiser, fazer o que quiser, não importa a circunstância (Marquinho, 15 anos).

Eu passei a dormir na rua porque eu quero sair. Meu pai não dá a chave de casa pra gente, e nem quando a gente chega de madrugada em casa ele quer abrir a porta pra gente... A gente quer sair, ele não dá liberdade, aí a gente foi ficando (Lorenza, 17 anos).

Eu achava a rua bom porque a gente vai pra onde a gente quiser, na hora que quiser, e em casa a gente não podia fazer isso (Andrade, 15 anos).

A mobilidade proveniente de conseguirem dinheiro é uma das principais razões, segundo os adolescentes, para explicar a atração pelas ruas, a despeito dos desafios que encontram. O dinheiro é proveniente da realização de pequenos serviços, roubo e esmolas, e o uso do recurso é, sobretudo, para satisfazer desejos ou necessidades pessoais, auxiliar a família ou em atividades de lazer.

Outro aspecto revelado pelos entrevistados é que as ruas podem oferecer formas alternativas de afeto e de solidariedade, em contraste às encontradas em casa. Quando perguntados sobre como isso se dava, uma das meninas respondeu:



Todo mundo lá era igual a uma família, assim, o que acontecesse, às vezes acontecia com um, que chegava assim: 'os homem lá vão bater na gente', às vezes batia em um, batia em todo mundo, então todo mundo saía correndo junto, cada um se defendendo (Luíza, 15 anos).

### A circulação pelas ruas

As crianças e adolescentes em situação de rua encontram muitos obstáculos em seu cotidiano de vida. Muitos falam de sentimentos difíceis, pouco associados às imagens predominantes sobre infância. Seus relatos estão cheios de referências ao medo tão presente em suas vidas: riscos de abuso sexual, exposição a doenças sexualmente transmissíveis, uso de substâncias tóxicas e agressão de outros jovens, policiais e de seguranças. Um dos adolescentes afirmou, "nas ruas é perigoso dormir porque você nunca sabe como será o dia seguinte, porque tem gente boa e gente ruim".

A grande maioria dos entrevistados relatou que o comportamento da polícia é em muitos casos, violento e injusto. Um dos jovens revelou:

Na rua é bom quando a pessoa é pequena, mas de 15, 16 anos pra cima as coisas pioram mais ainda, porque os guardas já batem mais. Eles acham que a gente que é grande tem que pagar o pato pelos pequenininhos. Aí eles pegam o s grande e bate, os pequenos eles só dão um tapinha e bota pra ir embora, nos grandão eles bota dentro da Kombi e quebra. Os maiores pagam o pato pelos pequenos (Aldair, 17 anos).

Como a violência policial é um risco constante -e muitas vezes fatal<sup>10</sup>, as crianças e adolescentes desenvolvem estratégias próprias para lidar com as situações de violência. Uma das maneiras mais comuns é a opção pelos grupos pequenos. Estes se encontram com mais frequência no período da noite, quando a exposição à violência e a insegurança tendem a ser maior.

Vários prejuízos, guardas correndo atrás de nós, tomando nossas

---

<sup>10</sup>A taxa de mortalidade por homicídio é muito alta no Brasil, sobretudo entre adolescentes e jovens. No ano de 2005, a taxa de homicídios entre adolescentes de 16-17 anos foi de 94 (por cada 100 mil habitantes) e 300 entre adolescentes pretos e pardos (Banco de Dados: Infância, Juventude e Vulnerabilidade, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Ciespi, 2009). Para se ter uma idéia sobre estas taxas em outros países, nos Estados Unidos, no ano de 2006, a taxa de homicídio referente à população em todas as faixas etárias era de 5,7 e na Inglaterra era de 1,25 (*Statistical Office of the European Communities*).

coisas, batendo em nós, agressão, tem o plantão do V..., ele esculacha. É um guarda que tem aqui, ele trabalha com revólver. Ele falou que eu ia virar adubo da próxima vez que ele me pegasse aqui de madrugada. Quer dizer que eu vou morrer, certo? Falou que ia me levar para o Alto da Boa Vista, ele já levou uns quatro para lá. Vem aí de noite para o senhor ver, hoje é plantão dele, ele vai quebrar todo mundo, quando a gente vê a Kombi chegando a gente já sai fora. (Aldair, 17anos).

Para as mulheres, a opção pelo grupo reduz o risco de abuso sexual. Uma jovem de 15 anos afirmou, 'aqui eu tenho mais amigos. Você sabe, quando eu durmo, sempre tem alguém acordado vigiando'. Por outro lado, para alguns a convivência em grupo pode oferecer mais problemas do que apoio em função de conflitos e desconfiança entre membros do grupo.

A despeito de todas as dificuldades encontradas, há também o outro lado, da diversão e da brincadeira. E relataram com frequência o desejo de um dia deixarem as ruas, quando surgissem melhores oportunidades de vida. Quando perguntados sobre as aspirações futuras, revelaram o desejo de constituírem uma família, terminarem a escola e conseguirem um trabalho. Uma jovem de 15 anos disse:

Meu futuro... Vou ter filhos, vou casar... Vou construir uma família, com a minha mãe, com meus filhos, com meu esposo e com meus netos. Pode uma coisa dessas! Eu já penso em neto!

Os entrevistados revelaram também o que pensam a respeito dos seus direitos e do que consideram prioridade para as políticas públicas, de forma a prevenir que outras crianças se tornem "crianças de rua".

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar pra casa. Eu queria ajudar os pobres assim, pra esses meninos ficar em casa assim. Pra parar de cheirar cola, roubar as pessoas que anda na rua com os filhos, aí eles vai, rouba os outro. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existia o tráfico na rua. Queria que existisse paz (Derico, 12 anos).

Estes são depoimentos que nos fazem refletir sobre as desconstruções e reconstruções sobre a infância a que nos referimos anteriormente. As experiências e atividades descritas como comuns em suas vidas não condizem, como o

que se poderia esperar do dia-a-dia de uma criança ou um adolescente. Elas demandam dos mesmos, grande capacidade de lidar com as situações adversas e/ou inesperadas com que se deparam em espaços nos quais não mais contam com uma possível proteção de seus familiares e outras pessoas de seu círculo íntimo de relações. Demandam, portanto, que desenvolvam habilidades não esperadas na infância, que permitam, por exemplo, que sobrevivam. Por outro lado, suas trajetórias de vida os privam de várias oportunidades de crescimento e socialização, como por exemplo, o acesso a outras formas de convivência em seus contextos sociais que favoreceriam o desenvolvimento de seus potenciais (Rizzini & Butler, 2003).

### Considerações finais

Neste texto destacamos duas questões-chave. A primeira refere-se às transformações recentes ocorridas no âmbito dos estudos sobre a infância. Abordamos a incorporação de conceitos que remetem à existência de infâncias e o sentido de agência, possibilitando a percepção da infância como um estágio comum a todas as crianças, ao mesmo tempo, que ressalta a diversidade de modos e estilos de vida em função do contexto social e cultural em que estão inseridas. Ou seja, uma combinação entre aspectos comuns e plurais relativos às múltiplas infâncias. Ressaltamos, ainda, a condição da criança e do adolescente enquanto ator social com competências relativas à sua maturidade física e emocional, e com visões próprias sobre o mundo.

A segunda questão-chave refere-se à discussão de algumas contribuições dos estudos sobre a infância, sobretudo a noção de agência, isto é, de agir autonomamente, tendo como foco os depoimentos e as histórias de vida de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. Estes relatos destacaram as percepções que estas crianças e adolescentes têm sobre as suas condições de vida, incluindo os aspectos positivos e negativos, como por exemplo, o processo gradual de saída da casa, a identificação de formas de sobrevivência nas ruas, a circulação pelas ruas, os medos em relação à violência e a exposição à doenças, as relações de amizade e os aspectos lúdicos da vida nas ruas. As vozes destas crianças e jovens nos remeteram, sobretudo, ao

fato de que, compreendem e articulam de forma bastante madura sobre a sua vida e sobre os ambientes em que vivem.

O contato direto com as crianças e os adolescentes através da escuta sobre as suas histórias de vida, nos possibilitou um conhecimento mais aprofundado sobre suas realidades de vida. Foi possível aprendermos sobre as suas trajetórias de vida através de suas próprias vozes, mas também identificarmos aspectos comuns que podem auxiliar no processo de formulação de políticas públicas e práticas voltadas para esta população.

Acreditamos que a incorporação das crianças e adolescentes como participantes ativos pode ser implementada em diferentes contextos e em países com características distintas. Em especial, pela existência de uma grande diversidade de infâncias, que variam de acordo com a sua origem social e cultural. É essencial reconhecermos as vozes de crianças e adolescentes como importantes contribuições e não somente alvo das políticas e práticas.

O sentido de agência se expressa, entre outras maneiras, pelas estratégias de sobrevivência desenvolvidas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e que não estão circunscritas somente à população em situação de rua. No entanto, neste caso específico, a desigualdade e a discriminação são ainda mais evidentes. A maioria das crianças e dos adolescentes que entrevistamos mencionou que se sentia profundamente discriminada. Quando perguntamos como achavam que eram vistos pelos outros, muitos afirmaram que desejavam ser vistos e respeitados como pessoas, conforme expresso por estas adolescentes (Ciespi, 2006, p. 40).

A gente queria pedir pra eles olhar mais pra gente, que a gente tá que nem comida quando bota no fogo, esquece e queima (Maria, 15 anos).

Como eu gostaria de ser visto? Eu só queria que eles me visse como gente... (Priscila, 17 anos).

Recebido em junho de 2009, aceito para publicação em setembro de 2009

## Referências bibliográficas

ALTOÉ, Sônia. *Infâncias perdidas. O cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

CIESPI. *A rua no ar: histórias de adolescentes*. Rio de Janeiro: CIESPI, 2006. 2ª edição.

GOPNIK, Alison; MELTZOFF, Andrew & KUHL, Patrícia. *The scientist in the crib. Minds, brains and how children learn*. New York: William Morrow and Company, 1999.

GREENE, Sheila. "Child psychology: Taking account of children at last?", *Irish Journal of Psychology*, n. 27, 2006. p. 8-15.

JAMES, Allison. "Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials", *American Anthropologist*, 109 (2), 2007. p. 261-272.

JAMES, Allison & JAMES, Adrian. "Children and childhoods: towards a theory of continuity and change", *American Academy of Political and Social Science*, 575 (2), 2001. p. 25-37.

\_\_\_\_\_. *Key concepts in Childhood Studies*. London: Sage Publications, 2008a.

\_\_\_\_\_. (Eds.) "Changing childhood in the UK: reconstructing discourses of 'risk' and 'protection'". In: JAMES & JAMES (Eds) *European childhoods: Cultures, politics, and childhoods in the European Union*. London: Palgrave, 2008b.

JAMES, Allison & PROUT, Alan. (Orgs.) *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: The Falmer Press, 1990.

JAMES, Allison ; JENKS, Chris & PROUT, Alan. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

KAUFMAN, Natalie H. & RIZZINI, Irene. "Closing the gap between rights and realities of children's lives". In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William A. & HONIG, Michael-Sebastian (Eds.). *The Palgrave handbook of childhood studies*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

MAYAL, Berry. *Towards a sociology for childhood. Thinking from children's lives*. Buckingham: Open University Press, 2002.

QVORTRUP, Jens. et al. (Orgs.). *Childhood matters*. Aldershot: Avebury, 1994.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary & ZAMORA, Maria Helena. "Crianças, adolescentes, famílias e políticas públicas: para além do faz de conta", *O Social em Questão*, 7. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2002.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi M.; CALDEIRA, Paula; MARTINS, Aline & SOARES, Alexandre. *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Loyola; PUC-Rio; Terre des hommes; CIESPI, 2003.

RIZZINI, Irene, BUTLER, Udi M. & STOECKLIN, Daniel. *Life on the streets. Children and adolescents on the streets: inevitable trajectories?* Switzerland: International Institute for the Rights of the Child (IDE), 2003.

RIZZINI, Irene & BUTLER, Udi, M.. "Life trajectories of children and adolescents living on the streets of Rio de Janeiro", *Children, youth and environments*, 13 (1), 2003.

SARMENTO, Manuel Sarmento & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.) *Estudos da infância. Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

SIROTA, R. (Org). *Sociologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

PIAGET, Jean. *The psychology of intelligence*. London: Routledge, 1950.

WOODHEAD, Martin. "Psychology and the cultural construction of children's needs. Postscript". In: JAMES, Allison & PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood*. London: Falmer Press, 1997.

WOODHEAD, Martin; FAULKNER, Dorothy & LITTLETON, Karen (Eds.). *Making sense of social development*. London: Routledge, 1999.

VASCONCELLOS, Vera M.R. "Uma visão prospectiva de desenvolvimento em que o presente está sempre recriando o passado", *Psicologia do desenvolvimento: teorias, pesquisas e aplicação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v.1, 2006. p. 63-89.